

**Banco FINAXIS S.A.**

Demonstrações Contábeis Consolidadas  
acompanhadas do Relatório do Auditor  
Independente sobre as Demonstrações  
Contábeis Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas	3
Demonstrações contábeis consolidadas	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Engenheiro Luís Carlos Berini, 105 –  
Edifício Berrini One - 12º andar – Parque das  
Monções  
São Paulo | SP | Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos  
Acionistas e Administradores do  
**Banco FINAXIS S.A.**  
Curitiba – PR

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco FINAXIS S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo naquela data, assim como o resumo das políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco FINAXIS S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de abril de 2018.



Rafael Dominguez Barros  
CT CRC 1SP-208.108/O-1 "S" – PR

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O- "S" – PR

## Banco FINAXIS S.A.

### Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

#### Ativo

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	4	9.021	4.063
Ativos financeiros		<b>47.997</b>	<b>31.978</b>
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		<b>15.494</b>	<b>12.223</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda		<b>15.494</b>	<b>12.223</b>
Instrumentos de dívida	5	15.494	12.185
Instrumentos de patrimônio	6	-	38
Empréstimos e recebíveis		<b>32.503</b>	<b>19.755</b>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	7	32.503	19.755
Créditos tributários		<b>1.102</b>	<b>1.437</b>
Correntes		343	569
Diferidos	13	759	868
Outros ativos		<b>6.362</b>	<b>5.601</b>
Outros créditos	8	6.178	5.454
Outros ativos		184	147
Ativo tangível		<b>855</b>	<b>975</b>
Ativo tangível	9	855	975
Intangível		<b>56</b>	<b>95</b>
Intangível	10	56	95
<b>Total do ativo</b>		<b>65.393</b>	<b>44.149</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco FINAXIS S.A.

### Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

#### Passivo

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivos financeiros ao custo amortizado		<b>25.594</b>	<b>18.362</b>
Depósitos de clientes	11	25.594	18.362
Provisões		<b>1.346</b>	<b>746</b>
Provisões para passivos contingentes	12	1.346	746
Passivos fiscais		<b>9.860</b>	<b>1.288</b>
Correntes	13	9.860	1.288
Outros passivos		<b>5.863</b>	<b>4.170</b>
Outras obrigações	14	5.863	4.170
<b>Total do passivo</b>		<b>42.663</b>	<b>24.566</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15	<b>22.730</b>	<b>19.583</b>
Capital social – País		17.956	17.956
Reserva de lucros		4.732	1.593
Ajuste de títulos e valores mobiliários		42	34
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>65.393</b>	<b>44.149</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco FINAXIS S.A.

### Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas com juros e similares	17	3.062	3.513
Receita (despesa ) líquida com juros		<b>3.062</b>	<b>3.513</b>
Receitas de tarifas e comissões	19	53.533	49.239
Despesas de tarifas e comissões	19	(342)	(322)
Receita líquida com comissões		<b>53.191</b>	<b>48.918</b>
Ativos e Passivos financeiros (líquidos)		<b>26</b>	<b>(186)</b>
	18	26	(186)
Resultado da intermediação financeira		<b>56.279</b>	<b>52.245</b>
Despesas administrativas		<b>(50.142)</b>	<b>(50.131)</b>
Despesas com pessoal	20	(26.789)	(27.515)
Despesas tributárias	21	(5.461)	(4.773)
Outras despesas administrativas	22	(16.647)	(16.111)
Despesas / (outras receitas)		(885)	(1.381)
Depreciações e amortizações	9.b e 10.b	(360)	(352)
<b>Resultado das operações continuadas</b>		<b>6.137</b>	<b>2.113</b>
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>		<b>6.137</b>	<b>2.113</b>
Imposto de renda e contribuição social		<b>(2.786)</b>	<b>(1.468)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13	(2.681)	(1.265)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13	(105)	(203)
Lucro líquido consolidado do exercício		<b>3.351</b>	<b>645</b>
Atribuível aos controladores		3.351	645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Banco FINAXIS S.A.

### Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

( Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Lucro líquido consolidado do exercício</b>	3.351	645
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	8	4
Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	12	7
Imposto de renda sobre resultado abrangente	(4)	(3)
<b>Total</b>	<u>3.359</u>	<u>650</u>
Atribuível aos controladores	3.359	650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco FINAXIS S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

( Em milhares de reais )

Patrimônio Líquido atribuível à Controladora						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucro	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Outros resultados abrangentes Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>17.956</b>	<b>110</b>	<b>2.098</b>	-	<b>30</b>	<b>20.194</b>
Atualização de título patrimonial	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	4	4
Lucro líquido do exercício	-	-	-	645	-	645
Destinação do lucro:						
Dividendos	-	-	(1.260)	-	-	(1.260)
Reserva Legal	-	161	(161)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	645	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>17.956</b>	<b>271</b>	<b>1.322</b>	-	<b>34</b>	<b>19.583</b>
Atualização de título patrimonial	-	-	-	-	4	4
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	4	4
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.351	-	3.351
Destinação do lucro:						
Dividendos	-	-	(212)	-	-	(212)
Reserva Legal	-	168	(168)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	3.351	(3.351)	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>17.956</b>	<b>439</b>	<b>4.293</b>	-	<b>42</b>	<b>22.730</b>
Mutações do exercício	35.912	878	8.586	-	84	45.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco FINAXIS S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios

( Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido	3.351	645
<b>Ajustes ao lucro</b>		
Depreciação do ativo tangível	320	299
Depreciação do ativo intangível	40	53
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	109	203
Outras perdas de capital	-	-
Constituição de provisões	600	(146)
<b>Decréscimo / (aumento) líquido nos ativos operacionais</b>	<u>(16.558)</u>	<u>(1.623)</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3.272)	2.395
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	(12.748)	(4.475)
Outros ativos	(763)	484
Créditos tributários correntes	225	(27)
<b>Aumento / (decréscimo) líquido nos passivos operacionais</b>	<u>10.265</u>	<u>(154)</u>
Passivos fiscais correntes	8.572	(510)
Outras obrigações	1.693	356
<b>Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>(1.873)</u>	<u>(723)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<u>(189)</u>	<u>(254)</u>
Ativo tangível	(150)	(145)
Ativo intangível	(39)	(109)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<u>7.020</u>	<u>3.684</u>
Captação / resgate em Mercados Institucionais	7.232	4.944
Dividendo pagos	(212)	(1.260)
<b>Aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa</b>	<u>4.958</u>	<u>2.707</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.063	1.356
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	9.021	4.063
<b>Aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa</b>	<u>4.958</u>	<u>2.707</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. Atividade e estrutura do Grupo

O Banco FINAXIS S.A. (Banco), controlado pela Holding FINAXIS S.A. (99,25%), constituído em 23 de setembro de 2009 na forma de sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, domiciliado na Rua Pasteur, 463, Batel, na cidade de Curitiba, Paraná, foi autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 29 de janeiro de 2010, iniciando suas atividades operacionais em 23 de agosto de 2010.

O objetivo pretendido de suas operações visa à atuação no mercado financeiro, principalmente na administração de fundos e clubes de investimento. Atualmente, as principais operações do Banco são aplicações em títulos e valores mobiliários, administração de fundos de investimentos, custódia de valores, prestação de serviços de controladoria e contabilidade e negociações de operações de créditos.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

Conforme plano de convergência estabelecido pelo Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation).

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco FINAXIS S.A. e suas Controladas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC") traduzidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações contábeis consolidadas foram aplicados em sua elaboração.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração do Banco FINAXIS S.A e de suas controladas em 16 de março de 2018.

A Administração avaliou a habilidade do Banco e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**a) Informações comparativas**

Estas demonstrações contábeis consolidadas incluem dois anos de informações comparativas para o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo “IFRS”.

**b) Utilização de estimativas e julgamentos**

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio líquido consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco e suas controladas realizam estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício fiscal. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na nota nº 3.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para contingências, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

**c) Base de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis individuais do Banco FINAXIS S.A., bem como suas controladas no País, a seguir relacionadas:

Empresa	Atividade	2017	2016
Participação direta no capital			
Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Instituição financeira	100%	100%

Entende-se por controladas as entidades nas quais o banco tem a possibilidade de exercer controle. Essa possibilidade é em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior, quando o controle é exercido pelo Banco, como no caso de acordos com acionistas da investida.

Até 31 de dezembro de 2012, controle era definido como o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades. Porém, a partir de 01 de janeiro de 2013, com a entrada em vigor do IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, controle passou a ser baseado na avaliação se um investidor possui: a) poder sobre a investida; b) exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e c) capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

As demonstrações contábeis consolidadas das entidades sobre as quais o Banco exerce controle estão consolidadas. Consequentemente, todos os saldos e transações entre essas empresas são eliminados nessa consolidação.

### 3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas, e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Grupo.

#### a) Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

#### b) Instrumentos Financeiros

##### b.1) Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

## **b.2) Data de reconhecimento**

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco e suas controladas se tornam uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (“regular waytrades”): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

## **b.3) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros**

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

## **b.4) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração**

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

### **Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado)**

Essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).

### **Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado**

Os ativos financeiros são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco e suas controladas não possuíam ativos classificados na categoria de outros ativos financeiros ao valor justo no resultado.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

**Empréstimos e recebíveis**

Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

**Investimentos mantidos até o vencimento**

Essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco e suas controladas tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco e suas controladas não possuíam ativos financeiros classificados na categoria mantidos até o vencimento.

**b.5) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação****“Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”**

Saldos de caixa, depósitos a vista no Brasil e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.

**“Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”**

Créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.

**“Instrumentos de dívida”**

Bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.



**“Instrumentos de patrimônio”**

Instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.

**“Outros Ativos”**

Referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.

**b.6) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração****Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado)**

Essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas short). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco e suas controladas não possuíam passivos financeiros para negociação.

**Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado**

Os passivos financeiros são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações contábeis consolidadas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco e suas controladas não possuíam passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros ao valor justo no resultado.

**Passivo financeiro ao custo amortizado**

Passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

**b.7) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação**

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

**“Depósitos de clientes”**

Inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e suas controladas e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.

### **“Outros passivos financeiros”**

São registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidadas até a data de encerramento do exercício.

## **b.8) Mensuração dos instrumentos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo**

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

- **Mensuração dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco e suas controladas ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

- **Mensuração dos instrumentos de patrimônio**

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas.

- **Mensuração dos passivos financeiros**

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco e suas controladas não possuíam passivos financeiros para negociação.

### Técnicas de avaliação

Os métodos adotados pelo Banco e suas controladas para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- **Nível 1:** O Banco e suas controladas utilizam como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo” e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades;
- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o Banco e suas controladas, por meio de modelos internos, fazem a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&F estão alocados neste nível;
- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não haviam instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco e suas controladas para apurar seu valor justo:

	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>15.494</b>	-	<b>15.494</b>	<b>12.223</b>	-	<b>12.223</b>
Letras Financeiras do Tesouro	15.494	-	15.494	12.185	-	12.185
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	38	-	38

Os empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos não possam ser apurados de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo amortizado. A Administração do Banco considera que as variações entre os valores de custo amortizado e os valores justos não são significativos.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco e suas controladas mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

	<b>2017</b>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<b>Ativo</b>		
Empréstimos e Recebíveis	<u>32.503</u>	<u>32.503</u>
Empréstimos e Adiantamentos à Instituições Financeiras	<u>32.503</u>	<u>32.503</u>
	<b>2016</b>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<b>Ativo</b>		
Empréstimos e Recebíveis	<u>19.755</u>	<u>19.755</u>
Empréstimos e Adiantamentos à Instituições Financeiras	<u>19.755</u>	<u>19.755</u>

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e suas controladas mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

	<b>2017</b>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<b>Passivo</b>		
Passivo financeiro ao custo amortizado	<u>25.594</u>	<u>25.594</u>
Depósitos de clientes	<u>25.594</u>	<u>25.594</u>
	<b>2016</b>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<b>Passivo</b>		
Passivo financeiro ao custo amortizado	<u>18.363</u>	<u>18.363</u>
Depósitos de clientes	<u>18.363</u>	<u>18.363</u>

### **b.9) Transferência de ativos e passivos financeiros**

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- i)** Se o Banco e sua controlada transferem substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente;
- ii)** Se o Banco e sua controlada retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:
- um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado;
  - a receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.
- iii)** Se o Banco e suas controladas não transferem nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros por meio da compra de uma opção de compra ou o lançamento de uma opção de venda que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:
- se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos;
  - se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extinta ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

#### **b.10) Compras normais de ativos financeiros**

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa expirar ou quando o Banco e suas controladas tiverem transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

#### **b.11) Apresentação líquida de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros, e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações contábeis consolidadas, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis.

#### **b.12) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características.

A cada data do balanço patrimonial, o Banco e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- a) o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- b) ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- c) o Banco e suas controladas fazem concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Banco e suas controladas negociariam em situações normais;
- d) alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária;
- e) evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas por meio do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido por meio da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

### **b.13) Ativos financeiros não recuperáveis**

#### **i) Definição**

Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação, quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida), ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação;
- No caso de instrumentos de patrimônio, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com uma despesa à demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver, de perdas por não-recuperação previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

Os saldos são considerados como não recuperáveis e o provisionamento de juros é suspenso quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas pelas entidades consolidadas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Cobranças relativas a empréstimos e recebíveis não recuperáveis são utilizadas para reconhecer os juros provisionados, e o restante, se houver, para reduzir o principal em aberto.

O valor dos ativos financeiros que seriam considerados como não recuperáveis caso as suas condições não tivessem sido renegociadas não é substancial em relação às demonstrações contábeis consolidadas do Banco e suas controladas como um todo.

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades consolidadas para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

## **ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pela taxa de juros efetiva original dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na conta “Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros”. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação apresenta atraso superior a 60 dias, que é o prazo que a Administração entende que o recebimento do principal e dos juros deixa de ser provável.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de um ativo financeiro, os seguintes fatores são levados em conta:

- a) Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- b) Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito;
- c) As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva do instrumento (se a sua taxa contratual for fixa) ou a taxa contratual efetiva na data de desconto (se for variável).

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

O Banco e suas controladas possuem certas políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.



Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e compromissos, na identificação de sua não-recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

No tocante à provisão para perdas decorrentes de risco de crédito, o Banco e suas controladas efetuam a seguinte distinção:

#### **Provisão específica**

O Banco e suas controladas classificam operações de crédito de acordo com seu nível de risco e o número de dias de atraso dessa operação. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com:

- as condições do devedor e de qualquer avalista, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de lucros, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atuação, contingências e limites de crédito;
- As características da operação, tais como sua natureza e objetivo, tipo, suficiência e nível de liquidez da garantia e valor total do crédito.

#### **Provisão para perdas incorridas não especificamente identificadas**

O Banco e suas controladas cobrem suas perdas inerentes com ativos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado e com passivos contingentes levando em conta a experiência histórica de não recuperação e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para tais fins, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base das informações financeiras, calculadas utilizando-se dados históricos de perdas efetivadas.

As operações vencidas a mais de 360 dias são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação fora do balanço patrimonial para fins de cobrança e dedutibilidade fiscal.

As operações de crédito renegociadas que já haviam sido baixadas e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

### **iii) Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda**

O valor das perdas por não-recuperação com esses instrumentos é a diferença positiva entre seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal, no caso de instrumentos de dívida) e seu valor justo, menos qualquer perda por não-recuperação previamente reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

Quando há prova objetiva, na data de mensuração desses instrumentos, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a uma não-recuperação permanente, eles deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao Valor Justo - Ativos financeiros disponíveis para venda" e são reclassificados à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Se a totalidade ou parte das perdas por não-recuperação for subsequentemente revertida, o valor revertido é reconhecido, no caso de instrumentos de dívida, na demonstração consolidada do resultado do exercício em que houver ocorrido a reversão (ou no patrimônio líquido, sob a rubrica "Ajustes ao Valor Justo - Ativos financeiros disponíveis para venda", no caso de instrumentos de patrimônio).

#### **iv) Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição**

A perda por não recuperação de instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não recuperação são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

### **c) Instrumentos Não Financeiros**

#### **c.1) Ativos não correntes para venda**

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada superior a um ano a contar da data-base das informações financeiras. Portanto, prevê-se que o valor contábil desses itens - que podem ser de natureza financeira ou outra - será recuperado por meio do produto de sua alienação. Especificamente, imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não circulantes destinados à venda que devem ocorrer normalmente em até um ano.

Ativos não correntes para venda estão mensurados ao valor contábil desde a data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco e suas controladas não possuíam ativos não correntes para venda.

### c.2) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “despesas administrativas”.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculado basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Tempo de vida útil estimado
Móveis e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Sistema de Comunicação	5 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Processamento de dados	5 anos

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil tiver de ser estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas no mínimo ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

### c.3) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco e suas controladas o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares, estimado em 5 anos.

### c.4) Ativos e passivos contingentes e provisões

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- **Ativos contingentes:** ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões:** saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos;
- **Passivos contingentes:** possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco e suas controladas incluem todas as provisões em relação às quais se considere provável a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, cuja probabilidade de perda seja possível, não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

#### **d) Reconhecimento de receitas e despesas**

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco e suas controladas para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

##### **i) Receitas e despesas com juros e similares**

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originção do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

##### **ii) Resultado com instrumentos financeiros**

Os lucros e prejuízos apurados em transações de alienação de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado das entidades quando da ocorrência da transação e os dividendos recebidos de investimentos em instrumentos de patrimônio não considerados como sociedades coligadas ou controladas, são reconhecidos no resultado quando estabelecido o direito de recebimento com aprovação em assembleia.

##### **iii) Receitas com comissões, tarifas e itens similares**

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado abrangente utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;

- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar;
- Despesa tributária inclui basicamente despesas com tributos estaduais, tributos municipais e taxas de fiscalização.

#### **iv) Receitas e despesas não financeiras**

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para o Banco e suas controladas, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

#### **e) Impostos sobre a renda e contribuição social**

Os impostos sobre a renda são calculados à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 20% para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco e suas controladas, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “correntes” - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são contabilizados na demonstração de resultado como despesa tributário do período.

#### **f) Demonstração dos fluxos de caixa**

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento;
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”. Consequentemente, o Banco e suas controladas classificam como caixa e equivalentes de caixa os saldos reconhecidos no item “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil” no balanço patrimonial consolidado.

**g) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

• **IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) é aplicada para instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. A nova norma inclui novos modelos de classificação, sendo: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes na IAS 39, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. O IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" na IAS 39 por um modelo prospectivo de "perda esperada de crédito". Isso exigirá um julgamento considerável sobre como mudanças nos fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros do Banco FINAXIS, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. O Banco FINAXIS quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida versão final do pronunciamento.

• **IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes**

Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18), e é aplicável a partir de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banco FINAXIS.

**4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil**

	31 de dezembro	
	2017	2016
Caixa:		
Moeda nacional	73	1.00
Depósitos junto ao Banco Central do Brasil	8.948	3.05
	<b>9.021</b>	<b>4.063</b>



## 5. Instrumentos de dívida

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Classificação:</b>		
Ativos financeiros disponível para venda	15.494	12.185
	<b>15.494</b>	<b>12.185</b>
	<b>2017</b>	<b>2015</b>
<b>Tipo:</b>		
Títulos livres	15.494	12.185
	<b>15.494</b>	<b>12.185</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Composição:</b>		
Títulos do Governo Federal		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.494	12.185
	<b>15.494</b>	<b>12.185</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Por vencimento:</b>		
Acima de 1 ano	15.494	12.185
	<b>15.494</b>	<b>12.185</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldos no início dos exercícios	12.185	8.093
Compras (vendas)líquidas	3.304	4.398
Ajuste a valor de mercado	5	(7)
Resultado	-	(299)
<b>Saldos no fim dos exercícios</b>	<b>15.494</b>	<b>12.185</b>

## 6. Instrumentos de patrimônio

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Classificação:</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda - Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	38
	<b>-</b>	<b>38</b>

	2017	2016
<b>Tipo:</b>		
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	38
	-	<b>38</b>
	<b>31 de dezembro de 2017</b>	
	<b>Valor de Custo Atualizado</b>	<b>Valor Justo</b>
	<b>Ajuste a Valor Justo</b>	
<b>Valor Justo:</b>		
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-
	-	-
	<b>31 de dezembro de 2016</b>	
	<b>Valor de Custo Atualizado</b>	<b>Valor Justo</b>
	<b>Ajuste a Valor Justo</b>	
<b>Valor Justo:</b>		
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	38	38
	<b>38</b>	-
		-
	<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldos no início dos exercícios	38	2.437
Compras (vendas) líquidas	(64)	(2.511)
Resultado	26	112
<b>Saldos no fim dos exercícios</b>	-	<b>38</b>

## 7. Empréstimos e adiantamentos às instituições financeiras

### a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” é a seguinte:

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Classificação:</b>		
Empréstimos e recebíveis	32.503	19.755
	<b>32.503</b>	<b>19.755</b>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Tipo:</b>		
Operações compromissadas - LTN/NTN	32.503	19.755
	<u>32.503</u>	<u>19.755</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Prazo de vencimento:</b>		
Até 3 meses	32.503	19.755
	<u>32.503</u>	<u>19.755</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Moeda:</b>		
Real	32.503	19.755
	<u>32.503</u>	<u>19.755</u>

## 8. Outros créditos

A composição do saldo da rubrica “outros créditos” é a seguinte:

	<u>31 de dezembro</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Devedores por depósitos em garantias	142	71
Despesas antecipadas	364	357
Adiantamentos e antecipações salariais	44	10
Serviços prestados a receber	4.495	4.373
Outros recebíveis	1.133	643
	<u>6.178</u>	<u>5.454</u>

## 9. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco e suas controladas dizem respeito basicamente ao imobilizado para uso próprio. O Banco e suas controladas não possuem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento.

### a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

2017				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Sistemas de processamento de dados	5 anos	1.500	(1.164)	336
Móveis e equipamentos de uso e sist. de segurança	10 anos	733	(379)	354
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	846	(681)	165
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>3.079</b>	<b>(2.224)</b>	<b>855</b>

  

2016				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Sistemas de processamento de dados	5 anos	1.365	(1.044)	321
Móveis e equipamentos de uso e sist. de segurança	10 anos	697	(310)	388
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	818	(552)	266
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>2.880</b>	<b>(1.905)</b>	<b>975</b>

### b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Custo:</b>		
Saldos no início do exercício	2.880	2.803
Adições	286	1.040
Baixas	(87)	(963)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>3.079</b>	<b>2.880</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>		
Saldos no início do exercício	(1.905)	(1.674)
Baixas	-	599
Depreciação	(319)	(830)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>(2.224)</b>	<b>(1.905)</b>

## 10. Ativo intangível

### a) A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte

	Vida útil estimada	31 de dezembro	
		2017	2016
<b>Com vida útil definida:</b>			
Softwares	5 anos	751	751
Amortização acumulada		(695)	(655)
<b>Saldos no final do exercício</b>		<b>56</b>	<b>95</b>

### b) Variações

	2017	2016
<b>Saldos no início do exercício</b>	95	181
Adições	-	18
Baixas	-	(50)
Amortizações	(39)	-
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>56</b>	<b>95</b>

## 11. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Classificação:</b>		
Passivo financeiro ao custo amortizado	25.594	18.362
	<b>25.594</b>	<b>18.362</b>
Depósitos à vista	25.594	18.362
	<b>25.594</b>	<b>18.362</b>

## 12. Provisões

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das instituições com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco e suas controladas têm por políticas provisionar o valor das ações de acordo com os potenciais riscos envolvendo cada processo.

As obrigações de natureza cível, fiscal, trabalhista e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

### a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Provisões</b>		
Provisões para passivos contingentes trabalhistas (i)	871	506
Provisões para passivos contingentes cíveis (ii)	475	240
	<b>1.346</b>	<b>746</b>

### b) Variações

As variações na rubrica “provisões” foram as seguintes:

	31 de dezembro	
	2017	2016
Saldos no início do exercício	746	892
Adições	759	735
Baixas	(159)	(881)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>1.346</b>	<b>746</b>

A Administração entende que as provisões constituídas e demonstradas acima, são suficientes para atender prováveis perdas decorrentes de processos judiciais.

#### i) Provisões trabalhistas

Compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e equiparação salarial.

#### ii) Provisões cíveis

Referem-se a um processo movido contra a FINAXIS Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e que se encontra em fase de recurso no tribunal superior e três processos movido pela CVM contra o Banco FINAXIS S/A.

#### iii) Perdas possíveis

O Banco e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em 31 de dezembro de 2017 essas ações totalizavam R\$ 1.939 (R\$ 14.368 em 31 de dezembro de 2016).

### 13. Impostos e contribuições

#### a) Passivos fiscais

	31 de dezembro	
	2017	2016
Retenções de fundos administrados	8.667	85
ISS a recolher	217	174
PIS / COFINS a recolher	236	233
Imposto de renda retido na fonte	242	235
Imposto de renda e contribuição social a recolher	66	188
FGTS a recolher	63	60
INSS a recolher	295	237
Outros passivos fiscais	74	76
	<b>9.860</b>	<b>1.288</b>

#### b) Resultado de imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos dos exercícios pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2017	2016
<b><u>Imposto de renda:</u></b>		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.292	2.113
Adições (exclusões)	2.070	1.094
<b>Lucro fiscal acumulado do exercício</b>	<b>8.362</b>	<b>3.207</b>
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(2.212)	(359)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo	6.150	2.848
Imposto de renda 15%	923	443
Adicional de imposto de renda 10%	567	247
Dedução incentivo Vale Cultura	-	(2)
Dedução incentivo PAT	(37)	(18)
(-) FUNCAD	(7)	-
<b>Despesa de imposto de renda - corrente</b>	<b>1.446</b>	<b>670</b>
<b><u>Contribuição social:</u></b>		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.292	2.113
Adições (exclusões)	2.070	1.124
<b>Lucro fiscal acumulado do exercício</b>	<b>8.362</b>	<b>3.237</b>
Base negativa compensada até a competência	(2.186)	(350)
Base de cálculo antes das compensações de base negativa	6.176	2.887
Contribuição social sobre o lucro líquido 20%	1.166	594
<b>Despesa de contribuição social - corrente</b>	<b>1.166</b>	<b>594</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente</b>	<b>2.681</b>	<b>1.265</b>

O imposto fiscal diferido está composto por:

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Créditos tributários - imposto de renda</b>		
Prejuízo fiscal	-	482
Adições temporárias	421	-
MTM negativo - TVM e instrumentos financeiros derivativos	1	3
<b>Créditos tributários - contribuição social</b>		
Base negativa	-	381
Adições temporárias	337	-
MTM negativo - TVM e instrumentos financeiros derivativos	1	2
<b>Total de crédito tributário</b>	<b>760</b>	<b>868</b>

A seguir está demonstrada a movimentação do crédito tributário no exercício:

	Saldos em 01 de janeiro de 2017	(Débito) crédito ao resultado	(Débito) crédito à reserva de reavaliação do ativo e passivo	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Créditos tributários diferidos	868	(109)	(3)	756
	Saldos em 01 de janeiro de 2016	(Débito) crédito ao resultado	(Débito) crédito à reserva de reavaliação do ativo e passivo	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Créditos tributários diferidos	1.068	(204)	4	868

### c) Prejuízo fiscal e base negativa

A Corretora possui prejuízos de exercícios anteriores a compensar, não contabilizados, em 2017 no montante de R\$ 2.220 (R\$ 2.502 em 2016), a compensação ocorrerá na medida da realização de lucros. Abaixo segue composição do estoque de prejuízo fiscal e base negativa a serem compensados sobre os prejuízos acumulados:

	31 de dezembro	
	2017	2016
Prejuízo Fiscal - Imposto de Renda	-	482
Adições e exclusões temporárias - IR	421	-
Base Negativa - Contribuição Social	381	381
Adições e exclusões temporárias - CSSL	-	-
	<b>802</b>	<b>863</b>



#### 14. Outras obrigações

A composição do saldo da rubrica “outras obrigações” é a seguinte:

	31 de dezembro	
	2017	2016
Negociação e intermediação de valores - operações por conta de clientes, pendentes de liquidação	445	443
Provisão para pagamento de participações nos lucros	142	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	1.094	965
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas administrativas	3.445	2.359
Credores diversos	737	404
	<b>5.863</b>	<b>4.170</b>

#### 15. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

O Capital Social está representado em 31 de dezembro de 2017 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

##### b) Distribuição de dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações.

##### c) Reservas

###### Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do Capital Social, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

###### Reserva de contingência

O estatuto social do Banco prevê que a diretoria poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para contingência.

#### 16. Gestão de Capital

O Banco e suas controladas têm como objetivo atribuir as responsabilidades das Unidades envolvidas em sua consecução e estabelecer as diretrizes necessárias para que as empresas integrantes do conglomerado FINAXIS administrem adequadamente seus procedimentos e controles, permitindo entendimento claro e a visualização de toda estrutura associada ao processo, de forma que fatos eventuais, que possam interferir adversamente no seu desempenho, sejam identificados e tratados em conformidade com as exigências do Banco Central do Brasil.

Define-se o Gerenciamento de Capital, como o processo contínuo de:

- i) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- ii) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- iii) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a instituição adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. O plano de capital definido pela direção do Banco e suas controladas encontra-se alinhado às exigências do Banco Central do Brasil.

### Basiléia

A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução CMN nº 4.192/13 e 4.193/13 respectivamente. Abaixo apresentamos o cálculo do Índice de Basiléia do Conglomerado Financeiro FINAXIS:

	dez-17	dez-16
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>22.391</b>	<b>18.857</b>
<b>Nível I</b>	<b>22.391</b>	<b>18.857</b>
Capital Principal	22.391	18.857
Capital Complementar	0	0
<b>Nível II</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco - RWA</b>	<b>87.994</b>	<b>75.547</b>
Crédito - RWACPAD	8.563	8.074
Mercado - RWAMPAD	0	0
Operacional - RWAOPAD	79.431	67.473
<b>Índice Basiléia - IB</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,0%</b>

Valores em milhares

### 17. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Receita de juros apropriada em ativos financeiros</b>		
Instrumentos de dívida	1.356	1.513
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.706	2.000
	<b>3.062</b>	<b>3.513</b>

## 18. Resultado com instrumentos financeiros

A rubrica “Resultado de instrumentos de financeiros” inclui valores de dividendos recebidos de investimentos em instrumentos de patrimônio, além de lucros ou prejuízos apurados na alienação de instrumentos de dívida e patrimônio.

	31 de dezembro	
	2017	2016
Instrumentos de dívida	-	(298)
Instrumentos de patrimônio	26	112
	<b>26</b>	<b>(186)</b>

## 19. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	31 de dezembro	
	2017	2016
<b>Receita com taxas e comissões</b>		
Taxas e comissões relacionadas fundos de investimento	48.274	38.756
Tarifas bancárias	5.259	4.719
Outras tarifas recebidas	-	5.764
	<b>53.533</b>	<b>49.239</b>
<b>Despesa com taxas e comissões</b>		
Tarifas com serviços bancários	(342)	(322)
	<b>(342)</b>	<b>(322)</b>
<b>Receita líquida com taxas e comissões</b>	<b>53.191</b>	<b>48.917</b>

## 20. Despesas com pessoal

	31 de dezembro	
	2017	2016
Salários	(17.148)	(17.719)
Encargos sociais	(5.115)	(5.208)
Benefícios	(4.184)	(4.097)
Outras despesas de pessoal	(343)	(490)
	<b>(26.789)</b>	<b>(27.515)</b>

## 21. Despesas tributárias

	31 de dezembro	
	2017	2016
ISS	(2.513)	(2.170)
Cofins	(2.365)	(2.101)
PIS/PASEP	(384)	(341)
Outros tributos	(199)	(161)
	<b>(5.461)</b>	<b>(4.773)</b>

## 22. Outras despesas administrativas

	31 de dezembro	
	2017	2016
Comissões	(560)	(1.057)
Tecnologia e sistemas	(5.714)	(5.557)
Alugueis	(1.298)	(1.247)
Despesas de viagens	(214)	(373)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(545)	(587)
Despesas de condomínio	(271)	(262)
Contribuições a entidades de classe	(528)	(578)
Despesas de energia elétrica	(148)	(152)
Outras despesas administrativas	(7.369)	(6.298)
	<b>(16.647)</b>	<b>(16.111)</b>

## 23. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

### Holding FINAXIS S.A. – Controladora

#### a) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram registrados benefícios de curto prazo a título de Remuneração de Administração e Diretoria o no montante de R\$ 5.386 (R\$5.986 em 2016).

#### b) Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- i) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- ii) Qualquer entidade controlada pela instituição; e
- iii) Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do Capital Social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

**c) Transações com partes relacionadas**

	2017		2016	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<u>Credores diversos:</u>				
Holding Finaxis S.A.(a)	(1.423)	(12.439)	(1.154)	(12.579)

(a) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding FINAXIS S.A.

**24. Gerenciamento de Riscos**

A gestão de riscos do Conglomerado Financeiro FINAXIS (“FINAXIS”) possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo BACEN e compatíveis com complexidade da Conglomerado.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantados modelos e sistemas de gestão de riscos capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração uma visão de todos os riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do FINAXIS são destinadas a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos ao Conselho de Administração. O FINAXIS revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de riscos de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos e a condução de melhores práticas.

**i) Governança e responsabilidade sobre riscos**

Para garantir a adequação e eficácia no gerenciamento dos riscos, foi estruturada uma área que atua de maneira segregada às demais áreas de negócio da instituição e que está vinculada à Diretoria de Compliance e Riscos. A área de Riscos coordena diretamente as atividades relacionadas à gestão do capital, aos riscos de liquidez, mercado e operacional e também monitora as atividades relacionadas ao risco de crédito.

**ii) O apetite ao risco**

A estrutura de apetite ao risco se refere a quanto e quais os tipos de risco que o FINAXIS está preparado para assumir na execução da sua estratégia. O Conglomerado Financeiro assume um perfil conservador de baixos riscos ao que se referem a mercado, liquidez e crédito.

### iii) Risco de Mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado Financeiro, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Atualmente o FINAXIS atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação a risco de mercado. A carteira do FINAXIS possui somente títulos de não negociação (“banking”).

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados mensalmente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as Resoluções do CMN.

### iv) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado e terceiros relevantes.

As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e plano de ação.

O monitoramento dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

#### a) A estrutura de gerenciamento de risco operacional

##### Conselho de Administração

- Administrar as atividades do FINAXIS, orientando-as para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas;
- Delegar autoridade aos níveis envolvidos em atividades de riscos para gerenciamento e solução de problemas;
- Aprovar Políticas Gerenciamento de Riscos, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos.

##### Gestor de Risco Operacional

- Na área de Gestão de Risco Operacional exerce a função específica de gerenciamento de risco operacional e atua de forma independente das áreas de Negócios. Esta área está diretamente subordinada à Diretoria de Compliance e Riscos;

- Responsável por avaliar, monitorar, controlar e definir estratégia de mitigação dos riscos, e sugerir planos de ação quando necessários;
- Recepcionar, analisar e controlar as ocorrências registradas, objetivando a solução, controle ou mitigação do risco operacional identificado nas respectivas áreas;
- Elaboração anual do relatório de Gerenciamento do Risco Operacional, em atendimento a Resolução CMN n° 3.380.

#### **v) Risco de Crédito**

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito do FINAXIS é, atualmente, considerado imaterial devido a atividade desenvolvido por este. O risco de crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas e de CDI realizadas junto a instituições financeiras, aquisição de instrumentos de dívida (títulos e valores mobiliários públicos e privados) e estruturação de CCBs e cessão destas para fundos de investimentos.

Apesar disso, o FINAXIS possui uma área independente de crédito, e uma área de Riscos que monitora as atividades, garantindo uma efetiva estrutura de gestão do risco de crédito.

#### **a) Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)**

Em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais, o Conglomerado FINAXIS avalia, a cada fechamento de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente problemas de recuperação, o que, caso ocorra, poderá levar a instituição a reconhecer uma redução do valor recuperável destes ativos.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração do impairment, de acordo com o IAS 39, consideram as fases do ciclo de vida do instrumento financeiro, sendo estas: originação / aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de impairment, renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na originação ou aquisição de ativos financeiros, o Conglomerado FINAXIS não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo (provisão), da mesma forma que não considera, para fins contábeis, perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de impairment indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros.

O desaparecimento de mercado ativo ou a redução significativa na liquidez de um instrumento de patrimônio ou instrumento de dívida de propriedade do Conglomerado pode vir a ser considerado como “evidência objetiva de impairment”. Para este fim, a área de risco de crédito avalia este acontecimento juntamente com outras potenciais evidências a fim de constatar se estes ativos necessitam ter seu valor recuperável reduzido (reconhecimento de impairment).

Considerando a característica do risco de crédito ao qual o Conglomerado FINAXIS está exposto, conforme descrito anteriormente, não foram identificadas evidências objetivas de impairment que justificassem o registro de uma provisão para redução ao valor recuperável.

#### **b) Baixa para Prejuízo (Write-Off)**

Para as situações em que se constata a não expectativa de recuperação dos ativos por parte da entidade, estes ativos são retirados do balanço do Conglomerado.

Especificamente para “ativos individualmente significativos”, a baixa a prejuízo será decidida com base em critérios julgamentais.

#### **vi) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez relaciona-se com a incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O acompanhamento do risco de liquidez é realizado a partir dos fluxos de caixa previstos, dos saldos globais de ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Conglomerado tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os ativos considerados líquidos e passíveis de comporem a liquidez do Conglomerado são formados pelo saldo em reserva e pelos títulos públicos livres, ou seja, não utilizados como lastro de operações compromissadas e não depositados como margem de garantia.

Com relação a risco de liquidez, são monitorados diariamente o limite de caixa mínimo disponível, a partir de relatórios de posição de caixa e do fluxo de caixa projetado.

O plano de contingência de liquidez possui medidas de curto e longo prazo.

\* \* \*



